



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2020

Termo de Colaboração de cooperação técnica e financeira celebrado entre o **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENÁPOLIS (APAE)** – CNPJ/MF 44.443.471/0001-40 .

Pelo presente Termo de Colaboração, de um lado o **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 44.440.121/0001-20, com sede na Praça Manoel Gomes da Pena nº 42, CEP 16310-000, na Cidade de Alto Alegre, Estado de São Paulo, e-mail prefeitura@altoalegre.sp.org.br, neste ato representado pela Prefeita Municipal **HELENA BERTO TOMAZINI SORROCHE**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 8.879.995-5 (SSP-SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº. 056.060.758-06, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada à Avenida Expedicionário Diogo Garcia Martins, nº. 698, Centro, CEP 16310-000, na Cidade de Alto Alegre, Comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro lado a Entidade **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENÁPOLIS (APAE)**, associação civil devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.443.471/0001-40, estabelecida à Avenida Odoço Marques, nº 317, Vila Edejama, CEP: 16.301-358, na Cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, e-mail lapaepen@terra.com.br, neste ato representada pelo seu presidente, o Sr. **RICARDO ANTÔNIO PELÍCIA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.199.134-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 165.478.278-52, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nunes de Souza, n 81, Jardim Shangrila, na Cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, doravante designada simplesmente **ENTIDADE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Colaboração tem por objetivo a manutenção e o funcionamento do Programa de Acolhimento destinado a Jovens e Adultos, acima de 18 anos com diagnóstico de Deficiência Mental, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não disponham de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente. Tem como objetivo promover a convivência e o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento pessoal e social destas pessoas, construção progressiva de sua autonomia, inclusão social e comunitária e desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida cotidiana, conforme previsões Estatutárias e do Plano de Trabalho da Entidade, devidamente chancelado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Comissão de Avaliação e Monitoramento de Termos de Colaboração e Fomento do Município de Alto Alegre.

Parágrafo 1º - Fica reservado à ENTIDADE, através da Direção Administrativa, aceitar novos encaminhamentos, respeitando a capacidade de acolhidos que conforme consta no Plano de Trabalho é de 10 pessoas.

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.1. Efetuar mensalmente à ENTIDADE o repasse para custeio do objeto desta Colaboração, no valor de R\$ 4.156,00 (quatro mil, cento e cinquenta e seis reais) referente em janeiro de 2020 e R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais) mensais, de fevereiro a dezembro de 2020, através do depósito bancário na conta nº 1953-4 da agência 0347-6 do Banco do Brasil, utilizada pela ENTIDADE para execução do presente Termo de Colaboração;

2.2. Supervisionar, acompanhar, e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência desta Colaboração, bem como apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto desta Colaboração;

2.3. Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes desta Colaboração, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes.

Parágrafo Único: É obrigação da ENTIDADE, manter e movimentar os recursos na conta bancária específica da parceria.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

3.1. Executar o serviço de acolhimento institucional a que se refere à Cláusula Primeira, conforme Plano de Trabalho;

3.2. Zelar pela manutenção de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, em consonância com a política nacional educacional vigente;

3.3. Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população abrangida pelos serviços sócioassistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

3.4. Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços assistenciais que os obriga a prestar, com vistas ao dos objetivos desta Colaboração;

3.5. Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto desta Colaboração, conforme estabelecido na cláusula primeira;

3.6. Apresentar, mensalmente, ao MUNICÍPIO, até o 5º dia útil do mês subsequente, por meio do relatório circunstanciado, as atividades desenvolvidas, comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no Plano de Trabalho, além da relação nominal, com data de nascimento, nome do responsável legal com o número de documento de identificação, de todos os atendidos;

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



3.7. Prestar contas ao MUNICÍPIO, conforme cláusula oitava da presente Colaboração;

3.8. Manter a contabilidade e registros atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações colaboradas à disposição dos órgãos fiscalizadores, e ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos da presente Colaboração;

3.9. Assegurar ao MUNICÍPIO através da Comissão de Monitoramento e Avaliação e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados dos serviços objeto desta Colaboração;

3.10. Apresentar mensalmente, e na ocasião da prestação de contas, cópias de CND, CRF, Certidão Conjunta da Dívida Ativa, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizadas;

3.11. Atender a eventuais solicitações acerca de levantamentos de dados formulados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Comissão de Monitoramento e Avaliação, Conselho Municipal de Assistência Social ou qualquer órgão ou departamento correlato, com vistas a contribuir com o planejamento do atendimento no âmbito municipal;

3.12. Apresentar mensalmente extrato e conciliação bancária;

3.13. No ato da assinatura da Colaboração, de lista com nome e número da Carteira de Identidade e Previdência Social de cada um dos trabalhadores por ele recrutados para executar o contrato, mediante prévio registro com base na legislação trabalhista, bem como, declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que nenhum outro empregado seu, além daqueles discriminados na referida relação, trabalharão na execução da Colaboração, exceto se a substituição ou a inclusão de um deles for previamente comunicada à Administração, observando-se a mesma exigência de identificação, com nome e número da Carteira de Identidade e da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado substituto ou incluso;

3.14. Declaração de idêntico teor, sob as penas da lei, como condição para o pagamento de cada parcela mensal do preço colaborado, exceto quando efetivamente algum dos empregados tenha sido substituído ou houver a inclusão de novo empregada, hipóteses nas quais o contratado deverá identificá-lo na forma prevista no inciso anterior;

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

4.1. O Plano de Trabalho apresentado pela ENTIDADE e aprovado pelo MUNICÍPIO, deverá atender na íntegra artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, não podendo haver qualquer alteração do mesmo sem prévia comunicação ao MUNICÍPIO, e aceite do mesmo através de termos aditivos ao plano, se for o caso.

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



Parágrafo 1º - Excepcionalmente, admitir-se-á a ENTIDADE propor a reformulação do Plano de Trabalho, sendo vedada a mudança de objeto. Caberá ao Monitoramento da Secretaria de Assistência Social, através do Conselho Municipal de Assistência Social e da Comissão de Avaliação e Monitoramento, apreciar a solicitação e manifestar-se a respeito no prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo 2º - Constarão como anexos do instrumento de parceria:

a- o plano de trabalho, que dele é parte integrante e indissociável;

b- o regulamento de compras e contratações adotado pela organização da sociedade civil, devidamente aprovado pela administração pública parceira.

CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR DA PARCERIA

5.1. Em cumprimento do disposto na alínea “g” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, fica designada a Sra. Joceline Magretti Furlanetti como Gestora da presente parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Em cumprimento do disposto na alínea “h” do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada pela Portaria Municipal nº 3.106/17, realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS IRREGULARIDADES

7.1. Qualquer irregularidade concernente às cláusulas desta Colaboração será oficiada à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deliberará quanto à aplicação de suspensão e demais providências cabíveis.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão solucionados de comum acordo entre os colaboradores, Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestora da Parceria e Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. Esta Colaboração terá a vigência a partir da data de assinatura, com término previsto para 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, após manifestação por escrito do titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, posterior ao parecer da equipe técnica e anuência do Conselho Municipal de Assistência Social, podendo ser efetuados repasses.

Parágrafo único – Conforme Lei Municipal nº 2.390/20, em seu Artigo 3º, fica o Município autorizado a considerar despesas a partir do mês de Janeiro de 2020 para fins de prestação de contas, desde que comprovadamente tenha prestado assistência a Entidade desde o início do presente exercício ao objeto a que se refere o plano de.

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



8.2. Em caso de prorrogação, será indicado nos termos aditivos, os créditos e empenhos para sua cobertura, de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, em consonância com a atual legislação.

CLAUSULA NONA – DO VALOR

9.1. O valor total da presente Colaboração é de R\$ 50.136,00 (cinquenta mil, cento e trinta e seis reais), onerando a seguinte rubrica orçamentária da Assistência Social, ficha 359, categoria econômica 3.3.50.39.00, funcional programática 08.244.0010.2.013.01.51000.

Parágrafo 1º - O repasse da primeira parcela será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do Termo de Colaboração. As demais parcelas serão mensalmente repassadas até dia 15 (quinze) de cada mês.

Parágrafo 2º - O repasse da terceira parcela fica condicionado à apresentação e aprovação do relatório circunstanciado de atividades da primeira parcela, o da quarta parcela fica condicionado à apresentação e aprovação da segunda e, assim sucessivamente, nos termos estabelecidos na clausula décima.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

10.1. A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, nos termos do Decreto Municipal nº 2.865/17 e das normas do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, anualmente, devendo apresentar até o 5º dia útil de cada mês um relatório circunstanciado de atividades do mês anterior, conforme descrito no plano de trabalho.

CLAUSULA ONZE – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA COLABORAÇÃO

11.1. O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo da Secretaria de Assistência Social e do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo 1º - Fica assegurado o livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela lei vigente, bem como aos locais de execução do objeto.

Parágrafo 2º - Fica estabelecida a obrigação de a organização da sociedade civil inserir cláusula, no contrato que celebrar com fornecedor de bens ou serviços com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, nos termos desta Lei, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

CLAUSULA DOZE – DA RESTITUIÇÃO

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



12.1. A ENTIDADE compromete-se a restituir no prazo de 30 (trinta) dias os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizados pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a- A inexecução do objeto desta Colaboração;
- b- Não apresentação do relatório de execução físico-financeira;
- c- Não prestação de contas no prazo exigido;
- d- Utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida.

CLAUSULA TREZE – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

13.1. A presente Colaboração poderá ser rescindida por infração legal ou descumprimento de suas Cláusulas e condições executórias, bem como por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 30 (trinta dias), por desinteresse unilateral ou consensual, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do efetivo desfazimento.

Parágrafo 1º - Quando da denúncia, rescisão ou extinção da Colaboração, caberá a ENTIDADE apresentar ao MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias, documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data, bem como devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras.

Parágrafo 2º - É prerrogativa MUNICÍPIO, assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto colaborado, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;

Parágrafo 3º - Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade;

CLAUSULA QUATORZE – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Esta Colaboração poderá ser aditada, por acordo entre os partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, bem como para prorrogação do prazo de vigência ou suplementação de seu valor.

CLAUSULA QUINZE – DA PUBLICAÇÃO

15.1. A eficácia desta Colaboração fica condicionada a publicação do respectivo extrato no Portal e Mural de Editais do MUNICÍPIO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA DEZESSEIS – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Penápolis para dirimir quaisquer questões resultantes da execução desta Colaboração.

Praça Manoel Gomes da Pena, 42 – Centro – 16310-000 – prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

www.altoalegre.sp.gov.br / +55 18 3657-9000

Alto Alegre – São Paulo



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



16.2. Fica também estipulada a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa com a participação da Advocacia-Geral da União, em caso de os partícipes serem da esfera federal, administração direta ou indireta, nos termos do art. 11 da Medida Provisória no 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

16.3. E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Alegre/SP, 21 de Fevereiro de 2020.

**MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE
HELENA BERTO TOMAZINI SORROCHE
PREFEITA MUNICIPAL**

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE PENÁPOLIS
FERNANDO VIEIRA BORGES
PRESIDENTE**

TESTEMUNHAS:

Assinatura:
Nome legível:
RG:

Luana Monique Oliveira Lopes
Agente de compras e licitações
RG: 27.600.800-5
CPF: 359.279.878-48

Assinatura:
Nome legível:
RG:

Kelen Melissa F. G. Mota
RG 28.9877.596-4
Gestora Assuntos Fiscais e Planejamento



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



**REPASSES AO TERCEIRO SETOR - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO –
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE
PENÁPOLIS (APAE)
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº: 02/2020

OBJETO: A presente Colaboração tem por objetivo a manutenção e o funcionamento do Programa de Acolhimento destinado a Jovens e Adultos, acima de 18 anos com diagnóstico de Deficiência Mental, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados e que não disponham de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente. Tem como objetivo promover a convivência e o fortalecimento de vínculos, desenvolvimento pessoal e social destas pessoas, construção progressiva de sua autonomia, inclusão social e comunitária e desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida cotidiana, conforme previsões Estatutárias e do Plano de Trabalho da Entidade, devidamente chancelado pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Comissão de Avaliação e Monitoramento de Termos de Colaboração e Fomento do Município de Alto Alegre.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: Procurador Jurídico do município Dr. CLESTON CRISTIANO DOS SANTOS, OAB/SP 278.466

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Alto Alegre, 21 de fevereiro de 2020.



MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF 44.440.121/0001-20



GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Helena Berto Tomazini Sorroche

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 056.060.758-06 - RG: 8.879.995-5

Data de Nascimento: 14/04/1958

Endereço residencial completo: Avenida Expedicionário Diogo Garcia Martins, nº. 698, Centro, CEP 16310-000, na Cidade de Alto Alegre.

E-mail institucional: prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

E-mail pessoal: helenabertoprefeita@hotmail.com

Telefone(s): (18) 99786-3642

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Nome: Helena Berto Tomazini Sorroche

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: 056.060.758-06 - RG: 8.879.995-5

Data de Nascimento: 14/04/1958

Endereço residencial completo: Avenida Expedicionário Diogo Garcia Martins, nº. 698, Centro, CEP 16310-000, na Cidade de Alto Alegre.

E-mail institucional: prefeitura@altoalegre.sp.gov.br

E-mail pessoal: helenabertoprefeita@hotmail.com

Telefone(s): (18) 99786-3642

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENÁPOLIS (APAE)

Nome: Ricardo Antônio Pellicia

Cargo: Presidente

CPF: 165.478.278-52 e do RG: 25.199.134-9

Data de Nascimento: 09/12/1975

Endereço residencial completo: residente e domiciliada na Rua Joaquim Nunes de Souza, n 81, Jardim Shangrila, Penápolis/SP

email institucional: apaepen@terra.com.br

E-mail pessoal: apaepen@terra.com.br

Telefone(s): 18-3652-6468

Assinatura: _____